

Representantes do GDF e da Casa Civil marcam para a próxima semana a discussão sobre o aumento de 17% às polícias e aos bombeiros. MP ainda vai para o Congresso

Reajuste na ponta do lápis

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

As reuniões entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e a União para discutir o reajuste nos salários dos servidores da Segurança Pública começam na próxima semana. O cronograma foi acertado entre técnicos da Casa Civil da Presidência da República e a secretária de Gestão Administrativa do DF, Cecília Landim. A secretária esteve ontem de manhã no Palácio do Planalto.

Landim conversou com representantes da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais e entregou a proposta de aumento de 17% na remuneração de policiais civis e militares, além de bombeiros. O índice foi anunciado pelo governador Joaquim Roriz (PMDB) no início da semana, mas precisa do aval da União, à qual compete custear a despesa.

A negociação beneficiará mais de 37 mil trabalhadores, entre servidores da ativa e aposentados. "No encontro de hoje (ontem), que foi uma conversa informal, a secretária reforçou orientação dada pelo governador de que o GDF fornecerá todas as informações que forem solicitadas

A CONTA

37 MIL

*trabalhadores
serão beneficiados
pelo reajuste de
17% negociado entre
o GDF e o governo federal*

pelo Planalto para se chegar ao acordo", afirmou o porta-voz do GDF, Paulo Fona.

Nas reuniões, os técnicos do GDF argumentarão que não será preciso fazer mágica para bancar a despesa porque há recursos suficientes para isso. O dinheiro sairá do Fundo Constitucional do DF. Lei federal prevê aumento dos recursos do fundo caso haja variação positiva da receita da União, que deverá ter acréscimo de 11% este ano, segundo previsão da União.

Os representantes locais também mostrarão que o GDF assumirá investimentos já previstos no fundo para fechar a conta. Em 2005, cerca de R\$ 2,1 bilhões serão destinados à Segurança Pública no DF, sendo R\$ 1,8 bilhão para folha de pagamento. Caso a proposta seja acatada, a remuneração mais baixa do se-

tor, paga aos soldados, passará de R\$ 2 mil para R\$ 2.340,00.

Autonomia

Parlamentares que representam o Distrito Federal no Congresso pretendem ajudar nas negociações. O deputado Alberto Fraga (PMDB) pondera que o mais difícil já foi feito, que era garantir em lei a possibilidade de verbas do Fundo Constitucional migrarem, a critério do GDF, entre rubricas de custeio e investimento (e vice-versa). "Com isso, o governador (Joaquim Roriz) ganhou mais autonomia para administrar a aplicação desses recursos", disse Fraga.

O deputado ponderou que as minutas de medida provisória enviadas ao Palácio do Planalto são "meras formalizações". "O dinheiro para pagar o reajuste já existe", reforçou. As MPs sugeridas à Presidência devem ser enviadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso, que apreciará o assunto.

A MP altera o valor do soldo do soldado, daí a sua necessidade. "Vamos buscar o entendimento com o Planalto", disse o deputado José Roberto Arruda (PFL), atendendo apelo do governador Joaquim Roriz para que os deputados ajudem na negociação.

Brito/GDF/3.9.04Divulgação



CECÍLIA LANDIM, DA GESTÃO ADMINISTRATIVA: GDF ENTREGOU PROPOSTA